PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

NÃO EXISTE RACISMO NO BRASIL?

Jéssica Ribeiro do Carmo Santos¹

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. E-mail: jessica.ribeiro@unesp.br, ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7142-1433>

Resenha recebida em 13/05/2021 e aceito em 04/10/2021

RESUMO

O livro “Pequeno Manual Antirracista” da autora Djamila Ribeiro tem sua primeira edição publicada no ano de 2019 pela Companhia de Letras em São Paulo, possui 136 páginas e 11 capítulos. A obra tem como ideia principal propor caminhos e reflexões para contribuir com o processo de autoconhecimento e estímulo da construção de práticas antirracistas efetivas, que colaborem para a transformação da sociedade em que vivemos. No decorrer dos capítulos Djamila relata experiências pessoais, utiliza dados e estudos que corroboram para a prática antirracista, além de fazer uso de termos como democracia racial, racismo estrutural e violência racial.

Palavras-chave: Antirracismo; Racismo; Povo preto; Brasil.

IS THERE NO RACISM IN BRAZIL?

ABSTRACT

The book “Short anti racist manual” by author Djamila Ribeiro has its first edition published in 2019 by Company of Letters in São Paulo, has 136 pages and 11 chapters. The work's main idea is to propose ways and reflections to contribute to the process of self-knowledge and encourage the construction of effective anti-racist practices that contribute to the transformation of the society in which we live. Throughout the chapters Djamila reports personal experiences, uses data and studies that corroborate the anti-racist practice, in addition to using terms such as racial democracy, structural racism and racial violence.

Keywords: Anti-racism. Racism. Black people. Brasil.

INTRODUÇÃO

O que (e como) pessoas brancas e pretas tem feito para contribuir com práticas antirracistas? Já parou por um instante para pensar nisso? O livro “Pequeno Manual Antirracista” da escritora e mestra em filosofia Djamila Ribeiro tem como ponto central a temática racial, sobretudo no Brasil.

A autora apresenta o processo histórico da escravização e sua relação com o racismo, além de oferecer durante a leitura caminhos e reflexões para os interessados em aprofundar suas percepções sobre discriminações estruturais.

Recomendo que antes de iniciar a leitura (da resenha e do livro) tente refletir sobre o seu entorno. Quem são as pessoas que ocupam cargos de poder onde trabalha? No ambiente acadêmico, qual o perfil da maioria dos professores universitários? Nas grandes e pequenas mídias quais características físicas, geralmente, se sobressaem em novelas, jornais, capas de revistas? Esses e outros questionamentos representam situações palpáveis que podem servir de pontapé inicial para reflexões e entendimentos sobre o racismo estrutural. Pense se já havia refletido sobre isso antes e se não, por quê?

A autora organiza o seu livro em 136 páginas e distribui onze curtos capítulos mais a introdução. Os capítulos são: informe-se sobre o racismo, enxergue a negritude, reconheça os privilégios da branquitude, perceba o racismo internalizado em você, apoie políticas educacionais afirmativas, transforme seu ambiente de trabalho, leia autores negros, questione a cultura que você consome, conheça seus desejos e afetos, combata a violência racial e sejamos todos antirracistas. O ano de publicação da 1ª edição é 2019 pela Companhia de Letras em São Paulo.

A primeira impressão ao tocar fisicamente o livro é que ele faz jus a primeira palavra do título, “pequeno”. O livro realmente é pequeno. É uma leitura curta e acredito que essa é a proposta. Ser rápido, prático, informativo e de fácil compreensão, para atingir o maior número de pessoas possíveis.

Na introdução Djamila Ribeiro menciona sua experiência pessoal quando criança sobre o que a ensinaram a respeito da população negra, sua origem como escravos que aceitaram a escravidão sem resistência como se tivessem vindo ao Brasil e não trazidos forçadamente. Sobre uma princesa (Isabel) vista como salvadora do povo preto, ou seja, uma história contada a partir da perspectiva dos “vencedores”.

Já as diversas formas de resistência à escravização como Quilombo do Palmares, Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata não fizeram parte desses ensinamentos em sua infância. Assim como com o tempo, a autora compreendeu que o povo preto havia sido escravizado e não escravo, uma vez que a palavra escravidão gera um entendimento de uma condição natural e acaba escondendo que na verdade o povo preto foi colocado nessa condição através da ação de outros grupos.

Neste primeiro momento é abordada uma temática que configura uma questão central no livro, compreender o racismo estrutural no Brasil. Segundo Djamila (2019, p.9) esse sistema vem desde período da escravização “beneficiando economicamente a população branca” e “tratando como mercadoria” e inviabilizando o acesso de direitos básicos à população preta. Ou seja, “o racismo é, por tanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo”.

Para compreender o conceito de racismo estrutural é necessário analisar a partir de um ponto de vista histórico, sobretudo, acerca da relação entre escravidão e racismo. A educação é um dos pontos importantes para esse debate e merece ênfase para o entendimento do conceito, uma vez que Ribeiro (2019, p.9) aponta que o direito à educação era destinado a todos os cidadãos em 1824 segundo a Constituição Imperial, porém, o acesso à escola era proibido para todas as pessoas pretas escravizadas. “A cidadania se estendia a portugueses e aos nascidos em solo brasileiro, inclusive a negros libertos. Mas esses direitos estavam condicionados a posses e rendimentos, justamente para dificultar aos libertos o acesso à educação”.

Nesse sentido havia também a Lei de Terra de 1850 em que segundo Ribeiro (2019, p. 10), “essa lei extinguiu a apropriação de terras com base na ocupação e dava ao Estado o direito de distribuí-las somente mediante a compra. Dessa maneira, ex-escravizados tinham enormes restrições, pois só quem dispunha de grandes quantias poderia se tornar proprietário”. A partir de dispositivos legais como os citados anteriormente que ocorreram antes e depois do período de escravização podemos observar as formas de manutenção que se propagam até os dias atuais da mentalidade “casa-grande e senzala” apontada pela autora.

No primeiro capítulo, é sugerido como prática informar-se sobre o racismo. É preciso ler, ouvir, assistir sobre a temática racial. Na atualidade existem muitos materiais disponíveis (físicos e digitais) que podem suprir diversas dúvidas sobre o racismo.

Existem peculiaridades no que concerne o sistema racista no Brasil. Uma delas está no silêncio, ou seja, aquilo que não é dito explicitamente e que torna a pessoa vítima de racismo confusa. Para melhor entender esse ponto, Djamila apresenta o autor Munanga, o qual aponta a necessidade de diferenciar o racismo no Brasil de outras experiências em que o racismo acontecia de forma institucionalizada e explícita, como no regime nazista ou o apartheid sul-africano.

No Brasil é possível observar uma tendência velada do racismo, que não pode ser confundida com não haver racismo ou com estarmos em um país com democracia racial. A democracia racial nega

a existência do racismo e prega que houve, por conta da miscigenação, harmonia nos conflitos raciais entre pretos e brancos, ou seja, o discurso da democracia racial como diz Ribeiro (2019, p. 20) “romantiza as violências sofridas pela população negra ao escamotear a hierarquia racial com uma falsa ideia de harmonia”.

Ribeiro (2019, p. 21) indica dois pontos marcantes no primeiro capítulo. O mito sobre a democracia racial e dados do Datafolha de 1995 sobre racismo no Brasil. Os dados revelam que “89% dos brasileiros admitiam existir preconceito de cor no Brasil”, porém, em contrapartida “90% se identificavam como não racistas”. Esses dados são reveladores ao notar que o discurso da democracia racial por conta da miscigenação tem força, ainda hoje, muito grande e faz com que as pessoas não se vejam como racistas.

Os diversos tipos de opressões precisam de nome, não tem como combatermos algo que não está nomeado. Não devemos ter receio de usar as palavras preto e branco nem tentar “amenizar” com moreninha(o), por exemplo. Racista e racismo não devem ser substituídos apenas por preconceito, é preciso caracterizá-lo.

Em, *enxergue a negritude*, Djamila Ribeiro aborda a questão racial no ambiente escolar, onde o mundo apresentado é o dos brancos, em que “normal” é ser branco. Não há reconhecimento, na maioria dos casos, do branco enquanto lugar de privilégio e esse entendimento é tão naturalizado que torna a violência racial comum. Ela exemplifica a sua experiência em entender que não se descobriu negra e sim que foi acusada de ser.

É necessário entender que pessoas pretas podem acessar espaços de poder, em que não necessariamente entejam desempenhando papéis de serviços (e não que haja problema com essas profissões), mas que pessoas pretas, sendo maioria da população brasileira, podem ocupar cargos de poder e cargos intelectuais, por exemplo. Assim como levar em consideração que para mudar essa realidade as ações devem seguir no sentido de diminuir até extinguir a invisibilidade de determinados grupos.

Reconhecer os privilégios que se perpetuam no decorrer do tempo é fundamental para a prática antirracista. Privilégio este que é marcado pela opressão exercida de um grupo em relação a outro. Na nossa sociedade a raça sempre é levada em consideração, direta ou indiretamente, e os brancos sempre estão no topo dos privilégios.

Pessoas brancas, por exemplo, devem questionar por que em um restaurante, muitas vezes, as únicas pessoas negras presentes estão servindo mesas, ou se já foram consideradas suspeitas pela polícia por causa de sua cor. Trata-se de refutar a ideia

de um sujeito universal — a branquitude também é um traço identitário, porém marcado por privilégios construídos a partir da opressão de outros grupos. Devemos lembrar que este não é um debate individual, mas estrutural: a posição social do privilégio vem marcada pela violência, mesmo que determinado sujeito não seja deliberadamente violento (RIBEIRO, 2019, p. 33).

No decorrer dos capítulos nos deparamos com frases como “perceba o racismo internalizado em você”, uma vez que é muito recorrente pessoas brancas alegarem não serem racistas por terem amigos pretos, ou por terem empregado uma mulher preta na sua casa. Ser racista está intrinsecamente ligado à nossa estrutura social e se relacionar com uma pessoa preta não torna a pessoa menos racista. Com diz Ribeiro (2019, p. 38) “é impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista”.

Ser antirracista está associado a assumir uma postura incômoda. Vale ressaltar que ao assumir tal postura, de não se silenciar diante de atitudes racistas, a pessoa poderá ser vista diante de muitos como “chata” ou com a expressão atual “cheia de mimimi”. Aderir uma postura antirracista é saber identificar e reconhecer seus privilégios, além de estar disposto a observar também suas próprias ações e falas visto que a linguagem também é uma forma de representar valores da sociedade.

Palavras e frases como, neguinho (que sempre tem um sentido pejorativo), criado-mudo, lista negra, humor negro, denegrir, cabelo ruim, fazer nas coxas, ela é uma negra linda, precisam ser excluídas do nosso vocabulário por conterem significados extremamente racistas e na maioria das vezes colocando a palavra negro como sinônimo negativo e a palavra branco como sinônimo positivo. Como sugestão peço que pesquisem no *google* “mulheres bonitas e inteligentes” para entenderem uma das facetas cruéis do racismo.

Em outro capítulo há o debate acerca do apoio a políticas educacionais afirmativas. Não há dúvidas de que o racismo estrutural gera oportunidades diferentes entre pretos e brancos, e com a educação de qualidade não seria diferente. As pessoas pretas, nos vestibulares, geralmente, não ocupam os cursos mais concorridos (e socialmente mais reconhecidos) em universidades públicas e privadas. Essas vagas são ocupadas, sobretudo, pela elite branca.

Djamila pontua que esse debate não é sobre capacidade e sim sobre oportunidade. A cota racial é necessária como mínimo reparo dessa desigualdade de oportunidades que vem desde a escravização. No Brasil, infelizmente, ainda hoje, há um discurso muito forte sobre a meritocracia, quando na verdade sabemos que se tratam de diferentes oportunidades.

Eu como mulher preta ingressante por cotas raciais na graduação e pós graduação, sei o quanto políticas afirmativas são importantes para minha formação. Quero tentar romper com barreiras que projetaram sobre o povo preto. Sei que ainda sou uma pequena exceção, mas espero nos próximos

anos poder ver mais pessoas pretas dentro da universidade, assim como cargos de poder sendo cada vez mais ocupados por pessoas pretas. Com isso mostrar que intelectualmente somos muito capazes, só nos faltam oportunidades, que foram tiradas desde a escravização.

Um grande passo na luta antirracista é ler, estudar, visibilizar a produção de autoras(es) pretas(os). Uma vez que há, ainda nos dias atuais, muita negação sobre a condição intelectual de pessoas pretas. É inaceitável pensar que numa sociedade de maioria negra somente um grupo seja responsável pela produção do saber. Leiam pessoas pretas! Pessoas pretas produzem conhecimento!

Um dos exemplos do apagamento da produção do povo preto é quanto consultamos bibliografia de diversos cursos e quase não há referências de pessoas negras e de mulheres. Quando se trata de mulheres negras torna-se ainda mais raro. Segundo Ribeiro (2019, p. 65) “o privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder”.

Djamila trata o tema da apropriação cultural em, *questione a cultura que você consome*. Aborda o capitalismo e a transformação cultural em um objeto de consumo. Na televisão os papéis e locais que pessoas pretas ocupam estão quase sempre associados a homens como bandidos e bêbados e mulheres como empregadas domésticas ou a “gostosa”. Não há (ou há bem pouca) representatividade televisiva de personagens pretos que não estejam ligados a esses estereótipos. Temos também o racismo recreativo, que é a utilização do humor, de “brincadeiras” para subjugar o povo preto. O que acontece com grande frequência nas emissoras de televisão no Brasil.

No capítulo, *conheça seus desejos e afetos* Djamila Ribeiro nos apresenta a questão da hipersexualização dos corpos femininos negros e que esse feito tem origem no período colonial. Ainda hoje mulheres negras são vistas como “fáceis”. Essa denominação está intrinsecamente relacionada com abusos e violências sofridos, uma vez que as maiores vítimas de violência sexual no Brasil, são mulheres pretas.

Esta temática pode nos levar a um debate sobre a solidão da mulher preta, sobre mulheres pretas, na maioria das vezes, serem vistas apenas como parceiras sexuais e não emocionais. Serem vistas como parceiras para relações casuais e não para relações de compromisso duradouro. Não é à toa que as mulheres pretas são as que menos casam. Com isso, Ribeiro (2019 p. 88) diz que não tem a intenção de recomendar com quem as pessoas devem se relacionar o debate está em “revelar os processos históricos que fazem com que as mulheres negras, sobretudo as retintas, sejam sistematicamente preteridas, como se não fossem dignas de serem amadas”.

Dessa forma, é fundamental que pessoas brancas compreendam os mecanismos pelos quais o racismo opera, pois podem reproduzi-los acreditando estarem imunes por terem um marido, uma esposa ou um filho negros. [...] Fala-se muito em empatia, em colocar-se no lugar do outro, mas empatia é uma construção intelectual, ética e política. Ao amar alguém de um grupo minorizado, deve-se entender a condição do outro, para que se possa, de fato, assumir ações para o combate de opressões das quais a pessoa amada é vítima. É uma postura ética: questionar as próprias ações em vez de utilizar a pessoa amada como escudo. A escuta, portanto, é fundamental (RIBEIRO, 2019 p.90).

Em *combata a violência racial* é inserido o debate sobre temáticas como, violência e assassinatos do Brasil, guerra às drogas e população carcerária, por exemplo. As principais vítimas de violência e assassinatos no Brasil possuem uma cor, a preta. Como apresenta Alexander (2019, p. 108 apud Ribeiro, 2019 p. 102) “a confusão da negritude com o crime não ocorreu naturalmente. Ela foi construída pelas elites políticas e midiáticas como parte de um amplo projeto conhecido como Guerra às Drogas”. A guerra às drogas trata-se de uma guerra que age contra o povo preto. É necessário combater a violência racial, sobretudo, a necropolítica com propósito de extermínio da poluição preta e de pobres.

A contribuição principal desta obra está em proporcionar autoconhecimento, além de estimular na construção de práticas antirracistas efetivas e assim Ribeiro (2019, p.107) afirma:

Perceber-se criticamente implica uma série de desafios para quem passa a vida sem questionar o sistema de opressão racial. A capacidade desse sistema de passar despercebido, mesmo estando em todos os lugares, é intrínseca a ele. Acordar para os privilégios que certos grupos sociais têm e praticar pequenos exercícios de percepção pode transformar situações de violência que antes do processo de conscientização não seriam questionadas.

Após o término do último capítulo Djamilia apresenta as notas, as referências bibliográficas, um item sobre a autora e outro sobre autores negros citados. O último ponto tem um significado muito importante, uma vez que além de dar visibilidade para autoras e autores negros ele se torna uma espécie de consulta para outras leituras que possam ajudar a ampliar e aprofundar a temática por parte do leitor.

De modo geral, é uma leitura fundamental para compreender que todos, de algum modo, somos racistas. É fluida e os capítulos se conectam até serem “costurados” ao final, além de linguagem acessível.

Este livro é um pontapé para quem quer, primeiramente, compreender que existe sim racismo no Brasil. Que esse racismo é estrutural e que devemos trabalhar ativamente com práticas antirracistas, pois somente se denominar como não racista nos fez chegar até hoje com crianças, jovens, adultos e idosos sendo ainda julgados pela cor da sua pele, sofrendo todos os dias com um sistema que mata com a bala, mas também com a falta de oportunidades. Sangra todos os dias os corpos de jovens pretos e de mães que disseram “mas ele estava com o uniforme da escola”.

Fingir que não há um problema racial na nossa sociedade não faz com que o problema não exista. É necessário encarar, dar nome ao problema. EXISTE RACISMO SIM NO BRASIL, e nem sei dizer se ele ainda é tão velado.

REFERÊNCIA

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.